

ARTIGO

Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência

Capitalism in crisis and projects for a Brazil in turmoil

Elaine Rossetti Behring*

Resumo – O artigo analisa as tendências em curso no mundo do capital em crise e decadência, especialmente a partir de 2008, da inflexão da pandemia e seus desdobramentos recentes, e os impactos desses processos para pensar projetos para o Brasil, após os resultados das eleições de 2022.
Palavras-chave: crise do capitalismo; Brasil; fundo público; lutas sociais.

Abstract – This article analyzes current trends in the world of capital, which is in crisis and decay especially since 2008, with the COVID-19 pandemic and its recent developments. It also considers the impacts of these processes on thinking about projects for Brazil, after the results of the 2022 elections.

Keywords: crisis of capitalism; Brazil; public fund; social struggles.

No momento em que escrevo essas linhas – novembro de 2022 –, estamos em meio às reverberações de uma conjuntura nacional gravíssima, sacudida pelas eleições gerais e presidenciais mais decisivas desta geração de lutadoras(es) e trabalhadores(as). O resultado, felizmente, nos permitiu dar uma chance ao futuro deste país continental, com a eleição de Lula (PT)

.....
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: elan.rosbeh@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9523-160X>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72461

Recebido em 25 de novembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de novembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

liderando uma ampla frente que se formou para derrotar o neofascismo bolsonarista. Mais adiante analisaremos preliminarmente este deslocamento, por enquanto eleitoral, do terreno da luta de classes e de disputa entre projetos societários, bem como dos imensos desafios que se colocam a um projeto societário à esquerda no Brasil – o que envolve a direção estratégica assumida pela categoria de assistentes sociais –, para que a oportunidade de futuro seja palpável. Mas antes disso, é preciso realizar um percurso que permita situar a conjuntura num período mais amplo, tendo em vista ilações menos impressionistas e embebidas de imedaticidade. Vivemos tempos sombrios, com a morte pandêmica, o desemprego e a precarização da força de trabalho, a violência endêmica (que atinge sobretudo mulheres e jovens negros/as), a guerra e o desastre climático, a constituir pesadelos diários para a humanidade, aqui e alhures. O esforço neste artigo é o de trazer elementos de análise de período, buscando caminhos para respostas e projeções que efetivamente se contraponham à barbarização da vida.

O capitalismo em crise e decadência

Desde os anos 70 do século XX, o capitalismo adentrou um período de crise estrutural e decadência¹ que teve inúmeros desdobramentos e expressões ao longo das últimas décadas, mas com momentos de inflexão, sendo os mais intensos: a crise das *subprimes* de 2008/2009, a pandemia de Covid (2020/2021), e o momento atual, com a guerra a leste da Europa e seus desdobramentos. Houve ciclos curtos de retomada e recessão no seu interior, mas a tônica geral foi a de uma onda longa com tonalidade de estagnação que marca o período (MANDEL, 1982). Diante da crise endêmica e sistêmica, nos anos 80 do século XX, desencadeou-se uma forte ofensiva burguesa, em busca desesperada, desenfreada – e destrutiva – da valorização do valor e recuperação das taxas de lucro. No mesmo movimento, vimos a restauração do capitalismo e a dissolução da URSS ao leste da Europa, o que parecia corroborar naqueles anos a ideia “do fim da história”, diga-se, de que o capitalismo seria o único horizonte possível para a humanidade. Assim, expandiu-se o neoliberalismo e suas contrarreformas, que chegaram entre nós com toda força nos anos 1990 (BEHRING, 2003).

O significado mais profundo do neoliberalismo é o de: incrementar a exploração da força de trabalho em todos os quadrantes do planeta, mediado, evidentemente, pelas particularidades nacionais; e aprofundar seu pressuposto, as expropriações contemporâneas, tendo em vista a subsunção do trabalho (e do meio ambiente) às atuais condições de produção e reprodução do capital (FONTES, 2010; BOSCHETTI, 2018). Mas é importante reter que a tônica do capitalismo nos últimos quarenta anos tem sido de es-

¹ Ver: Mandel (1982, 1994).

tagnação, de crescimento pífilo, apesar dessa monumental reação burguesa, que é econômica e política, o que se expressa pelo crescimento da direita e extrema direita no mundo e no Brasil. Afinal, para tomar medidas regressivas e impopulares, aumentou-se o poder de decreto dos poderes executivos, multiplicaram-se formas variadas de bonapartismos e ditaduras, cresceu o véu da ideologia e o reencantamento do mundo, ao lado da repressão das lutas populares e do encarceramento por um Estado forte, seja para conter as revoltas coletivas, que não foram poucas neste início de século XXI, seja para o apassivamento individual da força de trabalho, pela força simbólica e material do “exemplo” (WACQUANT, 2007).

Junto à ofensiva sobre as condições objetivas de oferta da força de trabalho, há impactos na subjetividade da classe trabalhadora que pavimentaram a hegemonia neoliberal e a configuração de um marco defensivo e até reacionário das condições das lutas de classe, a exemplo do Brasil recente. Precisamos refletir sobre quão profundamente a ideia thatcheriana de que “não há alternativa” à lógica da mercantilização de tudo, e de que “não existe sociedade, mas apenas indivíduos e famílias”, derruiu a consciência de classe, aliada à precarização, ao desemprego e ao culto do empreendedorismo. Tais condições e “invasões bárbaras” fincam uma espécie de “voluntarismo mágico” nas consciências, em que a solução de tudo se encontra nos indivíduos, rebaixando a consciência de classe e fragmentando saídas coletivas, o que tem levado, inclusive, a um aumento espantoso do adoecimento mental, especialmente depressões e ansiedade, como analisam Kehl (2009) e Fisher (2020). Este tem sido um solo fértil para que as serpentes da extrema direita, do neofascismo, choquem seus ovos, parafraseando o clássico e genial filme de Ingmar Bergman (1978), *O ovo da serpente*, que não coincidentemente tem sido lembrado nos últimos tempos.

A crise de 2008/2009, que fez com que alguns dormissem neoliberais e acordassem pedindo socorro ao fundo público (BEHRING, 2021), longe de impor limites à sanha da valorização ou da captura de valor na esfera financeira, tendeu a socializar seus custos mais uma vez com o recorrente apelo ao sacrifício supostamente igual de todos e todas – a cultura da crise, analisada por Mota (1995). Neste passo, “temos que fazer a nossa parte”, numa sociedade dilacerada por desigualdades de classe, de gênero, raciais, geracionais, e que foram aprofundadas no contexto pandêmico. A Oxfam, em relatório contundente deste ano de 2022², mostra o aprofundamento da desigualdade em números espantosos, mesmo após o quadro pandêmico ter arrefecido: a riqueza dos dez homens mais ricos do mundo dobrou, enquanto que 99% da população mundial teve piora de seus níveis de renda.

Num contexto em que há desenvolvimento de forças produtivas para alimentar saudável e sustentavelmente o conjunto da população mundial, se pensarmos em *alternativas* à lógica mercantil e aos hábitos de con-

² Disponível em: <https://wir2022.wid.world/download/>. Acesso em: out. 2022.

sumo em curso atualmente, temos que, segundo a ONU (2022³), no Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, 9,8% da população passa fome no mundo. São cerca de 828 milhões de pessoas, quadro que foi acirrado pela pandemia de Covid a partir de 2020 e pela guerra na Ucrânia, em 2022. Cerca de 2,3 bilhões de pessoas convivem diuturnamente com a insegurança alimentar no planeta. Em função da inflação global dos alimentos, 3,1 bilhões de pessoas no mundo não têm condições de pagar uma dieta alimentar saudável. E há fortes disparidades de gênero e raça sob esses dados, pois tais situações atingem deletariamente as mulheres e pessoas negras. Há ainda impactos de geração, já que as crianças são duramente atingidas, o que compromete/extermina o futuro, bem como as pessoas idosas, tratadas com desumanidade e descartabilidade. Vale destacar que, destes, cerca de 33,1 milhões de famintos estão no Brasil⁴. As filas no Centro de Referência de Assistência Social (Cras/Suas) para acesso ao Cadastro Único em busca dos programas de transferência monetária e nas portas de inúmeros projetos sociais que solidariamente distribuem alimentos nas cidades são os testemunhos trágicos da luta pelo dia seguinte de milhões de brasileiros(as).

Vejam as dimensões da crise do capitalismo do seu ângulo mais central: a condição do trabalho e dos trabalhadores, num capitalismo que foi caracterizado como “tóxico” por Michael Husson (2009), e como “realismo capitalista” por Mark Fisher (2020), diga-se, “uma guerra hobbesiana de todos contra todos e um sistema de exploração e criminalidade generalizada”. Ricardo Antunes (2022), em seu *Capitalismo pandêmico*, aponta para uma nova onda de devastação do mundo do trabalho no último período, acirrada pela pandemia. Sob o jugo de um *sistema de metabolismo antissocial do capital*, tendo em vista uma oferta da força de trabalho em quaisquer condições e a qualquer custo para a extração de mais valia, estão em curso processos destrutivos. No limite, estes resultam na fome já referida, que guarda relação íntima com o pauperismo, uma das mais duras expressões da questão social.

Aqui operam as tendências de: rebaixamento generalizado do peso dos salários sobre o PIB, diga-se, do fundo de reprodução da força de trabalho, o que tende a ser maior nos países de capitalismo dependente, marcados pela superexploração da força de trabalho para compensar os termos de troca no mercado mundial, como nos ensina Marini (2005); uma ofensiva tecnológica com a chamada revolução 4.0, que, além de ampliar a expulsão de trabalho vivo na produção e de corroborar para as taxas de desemprego, empurra a força de trabalho para o monumental exército de reserva que vem se formando, e também para a chamada “uberização” e precarização generalizada do trabalho.

³ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>. Acesso em: nov. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: nov. 2022.

Para Antunes (2022), terceirização, flexibilidade e informalidade passaram a fazer parte do léxico permanente das corporações. E junto a essas tendências há a destruição dos direitos do trabalho, com agressivas contrarreformas trabalhistas e de direitos sociais – como vimos no Brasil em 2017 (trabalhista) e em 2019 (previdenciária). São criaturas do capitalismo em crise e decadência, que existem para “aviltar, desvertebrar, desorganizar, isolar, fragmentar e fraturar” (ANTUNES, 2022, p. 27) a classe que vive do trabalho. Encontrar emprego e trabalho em condições dignas nesse contexto da precariedade e da informalidade como ontologia e morfologia da classe se tornou uma espécie de privilégio dos indivíduos que têm mérito e impulso empreendedor – segundo a violenta apologética neoliberal, claro –, no darwinismo social que se instaura, no mundo do *horror econômico* que já denunciava há algum tempo o libelo de Viviane Forrester (1997), em livro homônimo.

O fato é que as formas brutais do capitalismo contemporâneo em crise e decadência – “um parasita, um vampiro insaciável, uma epidemia zumbi” (FISHER, 2020, p. 142) – combinam a queda tendencial da taxa de lucros com o aumento imediato da massa de lucros. Assim, numa convivência que pode acontecer, uma das primeiras “causas contrariantes” à queda tendencial da taxa de lucros desencadeadas pelo capital, como nos explica Marx (1982) no Livro III de *O capital*, é a elevação da exploração da força de trabalho e a compressão dos salários abaixo do valor, seja pela redução do valor de componentes da cesta básica de reprodução, seja pela imposição de derrotas sindicais e políticas à classe trabalhadora, elementos estes que se combinam.

Para Marx ([1895]1982, p.189), as reações do capitalismo às suas tendências de conflito entre “agentes antagonísticos” instauram as crises como “soluções violentas das contradições existentes”. No entanto, ao buscar superar suas barreiras imanentes, são mobilizados meios que as recolocam em escala ainda mais ampliada. Esse processo não é automático, pois que para Marx o capital é, sobretudo, *uma relação social*. Portanto, refiro-me a um processo histórico e social, cujos desdobramentos e perenidade ou não estão nas mãos de homens e mulheres que fazem a sua história, ainda que não nas condições escolhidas, e podem, sim, imaginar, criar e construir *alternativas e projetos*. Nesse sentido, essa processualidade precisa ser analisada numa perspectiva de totalidade, que articula estrutura e sujeitos, determinações materiais e história, para assim encontrarmos as mediações e contradições a serem enfrentadas e superadas. Uma das armadilhas mais ardilosas do tempo presente é a *naturalização* da vida social, um *leitmotiv* liberal e neoliberal que paralisa a imaginação e a criação histórica, e amesquinha o horizonte possível, constrangendo-nos à gestão e adaptação à barbárie do capitalismo em crise e decadência.

Uma outra face do mesmo movimento é a *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996), com deslocalizações de empresas, ondas de privatizações e busca de nichos de valorização, constituindo mudanças na geopolítica

mundial e reatualizando o imperialismo e o subimperialismo, categorias fundamentais para pensar a economia e a política no nível mundial hoje. As novas formas de saída do capital para o exterior redimensionam as relações hierárquicas e de dependência na economia mundial. Temos mudanças importantes nos *padrões de reprodução do capital* nos vários países – a exemplo do que vivemos no Brasil com a desindustrialização em setores de maior valor agregado, e consequente especialização produtiva na exportação de *commodities* –, bem como contrarreformas do Estado tendo em vista facilitar o fluxo de capitais e a exploração dos trabalhadores. No caso brasileiro, tenho afirmado que o documento Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, é uma espécie de bússola orientadora deste período contrarreformista e de ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2003, 2021).

Num contexto de crise capitalista combinada de superprodução e superacumulação, com gigantesca concentração de riqueza na forma líquida/ monetária, a busca por nichos de valorização e de punção de valor, em tempos de curto-circuito nas metamorfoses do capital, é frenética. Neste passo é que se colocam duas das questões mais candentes do nosso tempo, a questão ambiental e a da dívida pública, e que devem estar no centro da agenda de organização política e de lutas sociais, ao lado do combate à fome e pelos direitos de trabalhadores(as).

Sobre a questão ambiental, a busca de petróleo (ainda que em plena decadência da energia fóssil), água, lítio, nióbio etc., bem como a produção de alimentos à base de agrotóxicos e de pastos em grandes extensões de terras – o que no Brasil tem centralidade –, é agressiva no presente e destrutiva do futuro. Por outro ângulo, há nexos importantes já apontados pela ciência entre a crise sanitária, da qual ainda nem saímos completamente, e a destruição ambiental, acirrada pela crise climática, abrindo espaços para a proliferação dos vírus, pelo que muitos cientistas apontam para a possibilidade de novas pandemias e epidemias letais nos anos vindouros, caso não haja um freio de emergência à devastação, como nos convoca o ecossocialista Michael Löwy (2021).

A outra questão candente é a regência do processo como um todo pelo capital portador de juros, cujas instituições reúnem enormes massas monetárias, buscando nichos de valorização ou de punção de valor, neste caso, pela esfera financeira. Nessa esfera, destacam-se as dívidas públicas titularizadas, que vêm se constituindo num mecanismo de forte chantagem sobre os países e seus Estados nacionais. Estes se veem obrigados – na hierarquia da economia mundo e com aquiescência das burguesias locais – a realizarem ajustes fiscais draconianos, tendo em vista pagar regularmente juros, encargos e amortizações de dívidas todos os anos, pelo que arcam com um custo social altíssimo.

Os mecanismos de punção de valor pelo endividamento público são parte fundamental da tragédia contemporânea, e se articulam com a ofensiva sobre os trabalhadores, já que pela via tributária vêm crescendo os

mecanismos de tributação indireta que incidem sobre suas rendas cumprindo um papel regressivo, bem como vem se impondo o gasto financeiro sobre o gasto social, com o ataque aos direitos sociais já apontado antes. Tocar nesse nó górdio, que aparece diante de nós como “coisa” natural, é fundamental para a formulação de projetos societários que apontem a vida com prevalência sobre o lucro.

Se observamos a crise de 2008/2009 e seu efeito contágio mundial, ela iniciou pelas cadeias de endividamento privado em curto-circuito, em função de empréstimos de risco, as *subprimes*, e foi contrarrestada pelo endividamento público, pelos bilhões em salvamento e cobertura da cadeia de falências privadas que se abriu. A regência pela finança do processo no seu conjunto coloca um ambiente de instabilidade permanente, e quando as bolhas explodem, o fundo público do Estado capitalista – que se compõe de parte do trabalho necessário e parte do trabalho excedente, diga-se, mais valia socialmente produzida (BEHRING, 2021) – aparece como tábua de salvação. É interessante registrar a hipocrisia do pensamento neoliberal, pois fala de um idílico Estado mínimo, mas no mundo real requisita um Estado fortemente intervencionista para servir de pressuposto geral do movimento do capital em seu processo de produção e reprodução.

O contexto pandêmico acirrou necessariamente o ambiente de crise, com a interrupção da rotação do capital, das cadeias de produção, circulação e consumo. E mais uma vez o fundo público se tornou uma espécie de almofada amortecedora nesse capitalismo tóxico que se ergue sobre um mar de dívidas públicas e privadas. Lazzaratto (2011) chega a falar de uma *fábrica do homem endividado* como um elemento material e moral de dominação. Nesse contexto, o fundo público precisa estar a postos e sob a vigilância das agências de notação de risco, que são financiadas pelos credores, como nos mostram as obras de Eric Toussaint (2011) e François Chesnais (2011). Ou seja, instaura-se uma espécie de chantagem permanente, de terror econômico sobre os Estados nacionais – especialmente aqueles em condição dependente – para ajustes fiscais que remunerem os credores da dívida pública em detrimento das necessidades sociais. Essa é a pressão que temos observado sobre o recém-eleito governo Lula, numa verdadeira queda de braços com o mercado financeiro, que não quer ceder em suas prerrogativas conquistadas a partir de 2016, com o golpe de Estado de novo tipo no Brasil.

O neoliberalismo, como já dito, tem sido a reação burguesa à viragem para um ciclo longo com tonalidade de estagnação desde os anos 70 do século XX. Os governos conservadores de Thatcher, Reagan e Kohl, dentre outros, buscavam naquele momento quebrar o poder dos sindicatos do período fordista keynesiano, exatamente para desencadear essa imensa ofensiva sobre a força de trabalho, tendo em vista alavancar as taxas de lucro, além de desbloquear o fluxo de capitais e colocar o Estado – forte e blindado (nunca mínimo, reitero, apesar da verborragia), e “desdemo-craticizado” (DARDOT; LAVAL, 2016) – a serviço da adaptação e atratividade aos

novos tempos, a partir das contrarreformas, e cada vez mais insulado das pressões populares e democráticas (BEHRING, 2003, 2021). Blindado, como analisa precisamente Felipe Demier (2017).

Sobre esse último aspecto, Ernest Mandel já chamava atenção, desde 1972, para a tendência de limitação das liberdades democráticas no capitalismo maduro, em crise e decadência; já este requisitaria um Estado forte para a garantia das condições gerais de produção e reprodução social, a coerção dos dissensos e as tarefas de integração social. Destas requisições de reconfiguração do Estado e do trato das expressões acirradas da questão social decorre o ascenso de tendências políticas de direita e de extrema direita no mundo, e também a crise da social-democracia. O neoliberalismo se interessa pela democracia se ela se constituir em um duto para as contrarreformas, e de sustentação, via fundo público, de seus interesses. A presença de Milton Friedman na equipe de *Chicago boys* da ditadura sangrenta de Pinochet no Chile, a partir de 1973, é paradigmática. Tal como a presença de Paulo Guedes (que participou daquela equipe de Friedman) no governo neofascista de Jair Bolsonaro. O acirramento da crise tem, portanto, sua expressão política nesse ascenso da direita e extrema direita e tentativas mais ou menos bem sucedidas de golpes de Estado ao redor do mundo.

Nesse marco geral, a gestão do imenso exército de reserva passou a ocorrer, centralmente, pelo incremento de um complexo assistencial-carcerário e policial, cujos impactos na classe trabalhadora têm corte de gênero e raça, como nos mostra Loic Wacquant (2007). Sua pesquisa vai também nos revelar o poder simbólico desse trato das expressões da questão social na gestão do novo mundo do trabalho precarizado que se ergue. O campo da política social – e consequentemente do serviço social – vem sendo duramente atingido, seja pela transformação de políticas e direitos sociais em mercadorias e fontes de lucro, a exemplo da saúde, educação e previdência social; seja pelo trato da pauperização de amplos segmentos por meios assistencialistas e exclusivamente voltados a um consumo de massas de baixa qualidade, que nada tem a ver com um amplo e consistente sistema de proteção social ou de seguridade social e segurança alimentar; ou pela repressão nua e crua. Dentro disso, observamos também a precarização do trabalho no serviço público, inclusive de assistentes sociais, por meio do rebaixamento do valor da sua força de trabalho e erosão das suas condições de trabalho, já que o fundo público passa a ser intensamente disputado, subfinanciando ou mesmo desfinanciando as políticas sociais.

Um bíblico “cavaleiro do apocalipse” é a guerra, e eis que nos vemos diante de ameaças concretas de que esta seja mobilizada de forma generalizada. A humanidade já viveu a destruição imensa de forças produtivas por meio das guerras, a exemplo das duas guerras mundiais do século XX, e inúmeras guerras localizadas desde então, justificadas como “guerra ao terror” ou em defesa da mítica “democracia ocidental”, mas sempre se constituindo num desaguadouro de mercadorias – armas antes em alqueive – e justificando

novos aportes de fundo público. No entanto, tal saída belicista – que se anuncia nas ameaças nucleares em torno da invasão da Ucrânia e adesões à Otan de países fronteiriços à Rússia, bem como na elevação do tom a respeito de Taiwan entre EUA e China –, dado o potencial destrutivo nuclear acumulado, poderia ter consequências catastróficas para a humanidade e o meio ambiente. Para além do preço dos alimentos e das barganhas em torno da questão energética, o já longo “sono da razão”, de que nos falava Goya há séculos, pode anunciar esse monstro maior. O fato é que somos contemporâneos(os) de tempos difíceis, mas não podemos nos permitir o niilismo de que não há projetos alternativos, pois isso é tudo o que querem aqueles que veem na tragédia uma janela de oportunidades.

Sobre o difícil Brasil e seus desafios

Detenhamo-nos na situação brasileira, já tocada em algumas passagens no item anterior. Tenho utilizado a caracterização de *ultraneoliberalismo* para falar de nossa dinâmica interna mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do neoliberalismo (ou ultraliberalismo, como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades. O neoliberalismo aporta no Brasil de forma definitiva imediatamente após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então. Após o *outsider* Collor (hoje aliado do bolsonarismo) tomar as primeiras medidas neoliberais e ser afastado por *impeachment* da Presidência da República em 1992, tivemos o Plano Real (1994) e o PDRE/Mare de 1995, verdadeiros marcos da ofensiva neoliberal e monetarista no Brasil e da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003).

A estabilidade monetária a qualquer custo, especialmente após o acordo com o FMI de 1999, impôs uma série de constrangimentos ao gasto público primário, em detrimento dos gastos financeiros ao longo dos anos da redemocratização. Desses, destaco o superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) como principais mecanismos de ajuste fiscal e que impediram um *boom* de investimentos em geral e nas políticas sociais em particular, o que corresponderia ao espírito constitucional. Além disso, nos governos de FHC, US\$ 49 bilhões em ativos passaram do poder público para a esfera privada. Lembro ainda do trato truculento da greve dos petroleiros em 1995 e da contrarreforma da previdência (regime geral) como partes constitutivas do ataque aos que vivem do trabalho naquele período (BEHRING, 2003).

A partir de 2003, os governos de coalizão de classes do PT realizaram alguns deslocamentos importantes (política de recuperação do salário mínimo, por exemplo), mas mantendo a lógica geral do ajuste e da estabilidade monetária a constranger os investimentos e mesmo o financiamento das políticas sociais, cujo financiamento teve crescimento vegetativo no

período, o que as manteve subfinanciadas. Tanto que as importantes conquistas do período foram sendo rapidamente desmontadas, quando o grande capital (nacional e estrangeiro) e segmentos da “pequena política” brasileira, com o apoio da mídia e de setores do judiciário, dão um golpe de novo tipo em 2016.

Esses segmentos, mesmo beneficiados por inúmeras políticas nos treze anos de governos petistas, não enxergavam no governo Dilma Rousseff a capacidade de conduzir suas demandas no ritmo, profundidade e intensidade desejados (DEMIER, 2017), dentre elas: a intensificação ainda maior da superexploração da força de trabalho; a exploração capitalista dos recursos naturais brasileiros, a exemplo do pré-sal, aquíferos e mineração (com o foco na Amazônia), o que requisita a intensificação das expropriações; um ajuste fiscal ainda mais profundo para que o fundo público funcione como pressuposto geral da reprodução do capital, donde decorreu a abrangente contrarreforma da previdência em 2019, em mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores, já no atual governo neofascista (MATTO, 2020). Com o golpe de 2016 e o governo Temer, se instaurou o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal, diga-se, a aprovação das emendas constitucionais 95 e 93 (2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência (2019).

É no contexto golpista e de seus desdobramentos – e destaque aqui a prisão injusta de Lula em 2018 e a eleição do *outsider* Bolsonaro naquele mesmo ano – que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, tanto em relação a países da América Latina quanto do mundo. Isto porque tivemos uma combinação de golpe de Estado de novo tipo, crise burguesa orgânica, programa ultraneoliberal de ajuste fiscal e neofascismo no poder, este último desde 2019, com seu projeto regressivo e destrutivo. E estes processos instauraram uma situação reacionária no país, colocando a classe trabalhadora na defensiva, inclusive com ameaças reiteradas de um golpe de Estado mais clássico, como vimos em 2021, e que se manteve nos discursos da extrema direita nesse processo eleitoral e após as eleições, com tentativas repetidas de sequestro do resultado das urnas, o que denota seu significado e importância. Desde então, o Brasil tem sido cenário de um processo de devastação do mundo do trabalho e do meio ambiente sem precedentes⁵. Como provoca o filme *Bacurau* (Direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, 2019), “estamos sendo atacados”. E este ataque deixou um rastro traumático e desafiante para o governo eleito e que assumirá a partir de 2023. Alguns dados, além dos elencados anteriormente sobre a fome⁶, apontam o grande dilema brasileiro.

⁵ Sobre o processo destrutivo em curso no Brasil, especialmente seus impactos na Amazônia e povos indígenas, destaco aqui as reflexões da jornalista Eliane Brum, especialmente na recém-criada fonte de notícias Sumaúma – Jornalismo do Centro do Mundo, e em seus livros, com destaque para *Brasil construtor de ruínas – um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro* (BRUM, 2019), trabalho imprescindível para projetar o futuro.

⁶ Sobre a fome, temos 33,1 milhões de brasileiros(as) que não têm o que comer (OXFAM, 2022); e 58,75 da população convive com a insegurança alimentar em alguma de suas formas.

A pandemia (que ainda permanece) deixa o triste legado de quase 700 mil mortos e mais de 35 milhões de casos, fora a subnotificação. Somos o quarto país em mortes e casos, o que é desproporcional ao peso da população brasileira (estimada em 215,4 milhões pelo IBGE⁷) na população mundial, onde ocupamos o sétimo lugar. O retorno de doenças já erradicadas foi estimulado pela visão negacionista da saúde, a exemplo do sarampo e da poliomielite. Na saúde, o neofascismo mostrou sua face mais criminoso, mortífera e perversa. E a reconstrução exigirá fortes investimentos públicos e campanhas educativas.

A condição geral da força de trabalho é dramática. Vejamos. Segundo o IBGE, com a diminuição dos impactos da pandemia, houve um leve recuo da desocupação no Brasil, que em outubro de 2022 se encontrava na faixa de 8,7% da PEA, ou seja, em torno de 9,5 milhões de desempregados. No entanto, há que registrar que essa queda correspondeu a um aumento dramático da informalidade⁸. Em 2022, 35,8 milhões de trabalhadores estão nessa condição (40% da força de trabalho); e o rendimento dos trabalhadores caiu 5,1%, enquanto a inflação, destacadamente dos alimentos, esteve acima de dois dígitos no último ano. Cerca de 38,7 milhões de pessoas vivem em domicílios sem renda do trabalho, o que correspondia a 17,9% da população em 2021, segundo o pesquisador Rogério Barbosa (Ipesp/Uerj), trabalhando sobre dados do IBGE.

Essas pessoas e famílias vivem de programas assistenciais, previdenciários e de estratégias ultraprecárias de sobrevivência. Cerca de 4 milhões destes não têm nenhuma renda: vivem da caridade e da solidariedade. A subutilização da força de trabalho caiu levemente para 24,7 milhões de pessoas, e os desalentados são 4,3 milhões. Temos 25,7 milhões de trabalhadores “por conta própria”, os MEIs, e 5,9 milhões de empregadas(os) domésticas(os). É fundamental dizer, dadas as características da formação social brasileira, marcada pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e pelo patriarcado, que sob esses dados e suas consequências estão majoritariamente mulheres, mulheres negras e homens negros e jovens negros, para quem o desemprego, a desproteção e a violência predominam. Políticas públicas de emprego e renda imediatas serão fundamentais no próximo período para enfrentar essas condições e permitir projetar o futuro.

Sobre o meio ambiente, a leniência e cumplicidade do Estado brasileiro com a grilagem, madeireiras, garimpos ilegais e os segmentos mais predatórios do agronegócio, além da violência, que vem assassinando lideranças indígenas e ambientalistas defensores das terras demarcadas dos povos originários, tem gerado milhões de quilômetros quadrados de desmatamento anunciados com pesar, mas sem punição exemplar aos responsáveis. Instituições como o Inpe e organizações como o MapBiomas produzem dados

⁷ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso: dez.2022

⁸ Dados disponíveis e mais detalhados em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso: dez.2022.

confiáveis e dramáticos. Por exemplo, em setembro de 2022, a “área desmatada na Amazônia foi de 1.455 km², ligeiramente maior que a do recorde anterior, de setembro de 2019 (1.454 km²) – isso é maior do que a cidade do Rio de Janeiro (1.200 km²) e um pouco menor que a cidade de São Paulo (1.521 km²). Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 47,7%”⁹. São números espantosos e que precisam ser enfrentados à altura e com urgência e investimentos em fiscalização e educação ambiental, dentre outros.

O ascenso da extrema direita na forma que assumiu no Brasil – o bolsonarismo – é a expressão política e ideológica desse imenso processo material de pilhagem, que é também uma pilhagem da consciência de classe, como procurei argumentar mais acima. Uma pilhagem aprofundada pelo saque ao fundo público, pela extorsão e violência sobre a população por milícias armadas e forças paramilitares, estimuladas pelos decretos que liberaram criminosamente o uso de armas no país. E também pelo que Roberto Leher chamou de Igrejas SA., que mercantilizam a fé. O fundamentalismo religioso só pode nos levar para situações pantanosas e violentas, como a que vimos no Irã, onde uma jovem foi perseguida por uma tal “polícia da moralidade” e terminou morta por supostamente não usar o véu da forma devida! Quando nos deparamos com uma situação como essa, é inescapável pensar na série distópica *O conto da aia* (produção de Bruce Miller Elisabeth Moss, de 2017, baseada em obra homônima de Margaret Atwood), sobre esse mesmo tema e a opressão e resistência das mulheres. Temos a tarefa histórica de evitar que esse tipo de ambiente prospere no Brasil, para além do que já vem ocorrendo. Aqui também cabe um freio de emergência.

Notas conclusivas

A derrota eleitoral do bolsonarismo – e que ainda não é uma derrota histórica deste – foi fundamental para deslocar o terreno da luta de classes e instaurar o debate de efetivos projetos para o Brasil, diga-se, para aguçar a imaginação histórica e consolidar essa chance ao futuro que resultou das urnas. No entanto, os desafios, como vimos, não são pequenos, não só porque o futuro governo herdará os números acima e outros que o espaço de um artigo não permitiu perscrutar; mas também as condições políticas de um país dilacerado material e subjetivamente, e que obstaculizam fortemente os freios de emergência que precisam ser acionados. Já foi um feito conseguir reunir forças políticas e votos nas eleições de 2022, mas será preciso muita escuta, habilidade política, firmeza e, especialmente, ousadia para seguir adiante.

⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/07/desmatamento-amazonia-setembro-inpe.htm#:~:text=Com%20tr%C3%AAs%20meses%20restantes%20em,41.282%2C%20o%20maior%20desde%202010>. Acesso em: nov. 2022.

Não será fácil, pois enfrentar os problemas requisita uma mudança significativa de enfoque da política econômica. E o ambiente é de fortes turbulências. Setores da burguesia brasileira ainda financiam bloqueios e manifestações antidemocráticas diante de quartéis contra o resultado das urnas. O mercado financeiro instaura sua chantagem conhecida do sobe e desce da Bolsa de Valores e do câmbio, e clama pela indicação de seus gestores de confiança e pela manutenção de uma âncora fiscal ou do famigerado teto de gastos da EC 95, o qual paralisa e engessa o gasto primário brasileiro. Um “teto de gastos” que, na prática, foi a “cloroquina fiscal” (OLIVEIRA, 2022), sem qualquer efetividade na medida em que foi rompido sistematicamente nos últimos quatro anos, sem maiores pânicos do nervoso e supostamente impessoal mercado. O Congresso Nacional, cúmplice da “passagem da boiada” do bolsonarismo, busca assegurar seus privilégios, destacadamente por meio da manutenção de seus mandatários e do “orçamento secreto”, uma verdadeira gambiarra de recursos públicos para fins privados e que vem sendo denunciado desde a criação das emendas parlamentares “de relator”, em 2020.

Penso que o serviço social brasileiro poderá ter um papel significativo nesse novo momento que se abre de imaginação histórica. Somos parte da classe trabalhadora assalariada brasileira. Somos uma maioria de mulheres majoritariamente negras e sofremos com os impactos materiais e subjetivos da dinâmica da economia e da sociedade brasileiras, tal como revelou a pesquisa sobre o perfil da categoria, que acaba de ser publicada pelo CFESS (2022). E, ainda, lidamos diuturnamente com as demandas crescentes e urgentes desta classe, com a qual estabelecemos, desde 1979, um compromisso estratégico de emancipação humana, de socialização da economia, da política e da cultura. Desde então, a categoria vem, majoritariamente, trabalhando contra a “banalização do humano”, como diz Marilda Iamamoto (2010), ou seja, todos os significados nefastos e deletérios da reação neoliberal burguesa à crise capitalista. Compomos alianças com os que lutam contra o cancelamento do futuro, em defesa dos direitos e das liberdades democráticas.

Tenho a convicção de que *majoritariamente* nossa categoria sabe de que lado da história está e qual projeto para o Brasil abraça: da luta contra a precarização do trabalho e em defesa dos direitos humanos e das políticas sociais, em defesa do meio ambiente, pela vida das mulheres e de negros e negras e contra todas as formas de opressão e exploração, em defesa das liberdades democráticas tão duramente conquistadas nesse país de tradições autocráticas e violentas. Nosso projeto ético-político se construiu na luta contra uma ditadura, que não queremos ver de volta (ALVES, 2022). Repudiamos ditadores, torturadores, milicianos, racistas, machistas, mercadores da fé.

O período que se abre requisitará uma atenção especial para com o princípio da independência de classe, das organizações políticas dos(as) trabalhadores(as). Este será fundamental para levar adiante as lutas e garantir

pautas substantivas num eventual governo Lula. É preciso exigir dele mais que uma resignação a medidas paliativas nos marcos neoliberais, o que vimos nos governos de coalizão de classes entre 2003 e 2015, e que pode ser reeditado na amplíssima frente que se formou para derrotar o pior. A urgência impõe que sejamos muito melhores do que fomos até aqui, como nos provoca Valério Arcary (2022) em seu libelo *Ninguém disse que seria fácil* (2022). Isso impõe, por exemplo, virar a chave do *mainstream* econômico neoliberal, com sua asfixia do Estado brasileiro sob a justificativa de uma austeridade que só atinge os de baixo e remunera regamente os milionários e bilionários nacionais e estrangeiros.

As lutas sociais vêm constituindo os “*afrobunkers*” de resistências dos “melaninas acentuadas”, como ironiza o filme *Medida provisória* (direção de Lázaro Ramos, 2022), e terão centralidade no presente e na construção do futuro. Enquanto escrevo, lembro de Marielle Franco, do menino Miguel, de Bruno e Dom Philips, dos mortos do Jacarezinho no Rio de Janeiro e de suas famílias, dos relatos de lideranças indígenas que clamam pela “floresta em pé e o fascismo no chão”. Lembro do samba mais lindo da última década, que nos fala do “país que não está nos retratos”, e diz ter chegado a vez das “Marias, Marins, Marielles, Malês” (samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, Histórias de Ninar Gente Grande, 2019). É preciso ter a ousadia de propor pautas ecossocialistas, antirracistas, feministas e anticapitalistas, ainda que se faça a devida mediação com as condições reais de existência e os níveis de consciência, para avançar e mover as peças no complexo tabuleiro da história.

Referências

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, M. E. R. *História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do serviço social na ditadura de 1964-1985*. Uberlândia: Navegando, 2022.
- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ARCARY, V. *Ninguém disse que seria fácil*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma – Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BOSCHETTI, I. (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRUM, E. *Brasil construtor de ruínas*. Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *Les dettes illégitimes: quand lês banques font main basse sur lês politiques publiques*. Paris: Raisons D’Agir, 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- FISHER, M. *Realismo capitalista*. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo – Teoria e história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- HUSSON, M. El capitalismo tóxico. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 41, 2009.
- IAMAMOTO, M. *Serviço social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão – A atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LAZZARATO, M. *La fabrique de l’homme endetté – Essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

LÖWY, M. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 48, 2021.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. *El poder y el dinero*. México: Siglo XXI, 1994.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. *O capital*. Livro III, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro – neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, F. *Teto de gastos é Cloroquina fiscal*. 2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/flavia-oliveira/coluna/2022/11/teto-de-gastos-e-cloroquina-fiscal.ghtml>. Acesso em: nov. 2022.

TOUSSAINT, E. La religion du marché. In: MILLET, D.; TOUSSAINT, E. *La dette ou la vie*. Bruxelles: Editions Aden, 2011.

WACQUANT, L. *Punir os pobres – A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.